

AS PRIMEIRAS PROPOSTAS DE IMPLANTAÇÃO DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CIGALES, MARCELO PINHEIRO¹; ARRIADA, EDUARDO²

¹*Universidade Federal de Pelotas- marcelocigales@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas- earriada@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Diante da Lei 11.684 de 02 de junho de 2008¹, a sociologia alcançou um novo espaço na educação brasileira. Durante longo período, ficou sem uma legislação nacional que orientasse as diretrizes do seu ensino. Desde as primeiras propostas de implantação da disciplina na educação secundária e superior, datadas do final do século XIX, sua trajetória foi marcada pela presença e ausência no cenário educacional brasileiro. As discussões sobre profissionais qualificados para ministrarem aulas de sociologia, materiais didáticos para seu ensino e sua legitimidade como disciplina escolar, estão entre alguns aspectos abordados na produção bibliográfica de pesquisadores que se dedicam ao estudo do tema. No entanto, são poucos os trabalhos que abordem a história da disciplina no Brasil, em específico as propostas para o estabelecimento de seu ensino na educação.

Conforme SILVA (2010),

Alguns princípios já foram estabelecidos nos estudos sobre a história e a constituição do campo das Ciências Sociais, tais como: contexto histórico, condições sociais e econômicas, atores/autores protagonistas, pensamentos hegemônicos, (...). Entretanto, esses princípios necessitam de mais uma camada no processo de formação dos campos científicos e educacionais, como, por exemplo, as instituições de ensino, a legitimação e a institucionalização do ensino das disciplinas. (p. 26).

Nesse sentido o objetivo desse trabalho é evidenciar as primeiras propostas que se tem conhecimento, sobre a implantação da sociologia na educação brasileira, no período de 1882 à 1899 (final do século XIX) e levantar alguns questionamentos e reflexões sobre esse processo. Cabe ressaltar que este trabalho faz parte de uma pesquisa bibliográfica que está em andamento sobre a institucionalização da sociologia no Brasil, mais especificamente sobre o estabelecimento da sociologia na educação secundária do Rio Grande do Sul entre 1925 à 1942, período em que foi obrigatória nessa modalidade de ensino.

Autores como SILVA (2010), MEUCCI (2000), MACHADO (1987) e MORAES (2003) mencionam em suas pesquisas, como sendo de Rui Barbosa a primeira proposta de implantação da sociologia na educação brasileira, em 1882.

Conforme MEUCCI (2000),

(...) a partir de 1870, quando, num verdadeiro movimento de transformação do ideário de nossos intelectuais, ganha importância notável o pensamento científico, o conhecimento sociológico passou a despertar interesses. Esboça-se, nesta época, pela primeira vez, a tentativa de discutir, de modo mais ou menos sistemático, o desenvolvimento da sociologia entre nós. Com efeito, nesta década, fora

¹ Lei 11.684 de 02 de junho de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em 20 de junho de 2012.

apresentada, por Ruy Barbosa, a primeira proposta formal de institucionalização da sociologia no meio acadêmico brasileiro. (p. 21).

Apesar da tentativa do deputado Rui Barbosa de implantar a sociologia nos cursos secundários e nos cursos de Direito, seus pareceres não conseguiram ser aprovados e tão pouco discutidos no Parlamento, (MACHADO, 1987, p.117).

Conforme MACHADO (1987, p. 117-118), em 1890, com o então Ministro da Guerra, Benjamin Constant, é que a disciplina ascende legalmente as grades curriculares através da reforma do ensino militar, com o nome de “sociologia e moral”. Enquanto ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin empreendeu a reforma da Instrução Pública que levou o seu nome, onde então a disciplina alcançou o ensino secundário e normal.

Ainda conforme o autor (ibidem, p. 118),

Com relação ao ensino secundário (constituído, então, do curso ginásial), essa reforma estabelecia um curso de sete anos para o Ginásio Nacional (colégio Pedro II) - que era padrão para os demais ginásios do país- e incluía no segundo semestre do seu sétimo ano a disciplina "Sociologia e Moral" (Dec. nº. 981, de 08 de novembro de 1890). Para a escola normal (do Distrito Federal), estabelecia um curso de cinco séries e, na última, incluía a disciplina "Sociologia" e, separadamente, a disciplina "Moral" (Dec-L. nº. 407, de 17 de maio de 1890). Quanto ao ensino superior, consta a disciplina "Sociologia e Noções de Moral teórica e Prática" no currículo da Escola Politécnica (Dec. nº. 1.073, de 22 de novembro de 1890) e no da Escola de Minas (engenharia), de Ouro Preto (Dec, nº. 1.258, de 10 de janeiro de 1891).

Apesar da legislação favorável, a Reforma de Benjamin não foi posta em prática, sendo retirada em 1897. As características da sociologia proposta por Rui Barbosa e Benjamin Constant no final do século XIX, até hoje suscitam dúvidas, pois não se sabe qual eram os planos desses personagens ao proporem o ensino da disciplina, bem como que tipo de conteúdo era proposto para a sociologia. Entre as hipóteses levantadas, MACHADO (1987), relaciona as proposta de Rui Barbosa com as ideias do positivismo, mas desconhecem-se as intenções de Benjamin Constant para com o estabelecimento da disciplina no ensino educacional brasileiro.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Através de pesquisa bibliográfica foi possível reunir as fontes necessárias para o desenvolvimento da pesquisa sobre as primeiras propostas de implantação da sociologia no Brasil, pois nosso objeto de pesquisa é datado do século XIX, o que impossibilitaria a realização de outras metodologias como a entrevista. Nesse sentido nos utilizamos da pesquisa bibliográfica, pois segundo GIL (2010, p. 29), “é elaborada com base em material já publicado. (...) esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livro, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de evento.” Podendo também incluir outros tipos de fontes como material disponibilizado pela internet. Entendemos a pesquisa bibliográfica, não apenas como uma revisão bibliográfica sobre o tema em voga, mas sim como “ um conjunto ordenado de procedimentos em busca de soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 38).

Na pesquisa bibliográfica o pesquisador “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados”

(SEVERINO, 2007, p. 122). Buscamos quando possível, trabalhar com fontes primárias, possibilitando assim uma maior fidelidade aos resultados, e consequentemente maior legitimidade a pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

É possível perceber que a sociologia surge no Brasil quase que simultaneamente aos escritos de Augusto Comte² na França. Outro fato importante é que Rui Barbosa e Benjamin Constant, pensaram em implantar a sociologia na educação, antes mesmo de Émile Durkheim³ implantá-la como disciplina do ensino superior na França. Isso demonstra que o Brasil possuía em fins do século XIX, um círculo letrado e a par da produção intelectual européia.

Outra fator é que tanto Rui Barbosa quanto Benjamin Constant, são tidos por alguns autores como positivistas, o que sugere que os objetivos da sociologia na educação possivelmente estavam atrelados as ideias do positivismo.

No entanto, diversos fatores podem ter influenciado no fracasso de implantação da disciplina no final do século XIX no país, entre eles estão:

a) ausência de modelos: A sociologia é uma ciência que surge em meados do século XIX e desenvolveu-se na sua segunda metade (LENOIR, 1998), sendo que seu desenvolvimento como disciplina escolar é ainda mais tardio. A falta de professores, de métodos de ensino, de material didático, de uma infra-estrutura adequada também são fortes agravantes dessa situação.

b) carência de um aparelho burocrático estatal que fornecesse as bases para a implantação da disciplina.

c) falta de legitimidade: Acredita-se que outras disciplinas ocupavam maior espaço no currículo educacional, como matemática e letras e consequentemente a prioridade de investimento e manutenção era destinada a essas áreas do conhecimento.

d) contraste entre governantes e gestores: O que se pensava no plano político, muitas vezes não se enquadrava na realidade econômica e social do Brasil. Idealismo versus pragmatismo.

Apesar das propostas de implantação da sociologia na educação brasileira empreendidas por Rui Barbosa e posteriormente por Benjamin Constant não terem alcançado êxito, ou seja, se concretizado na prática, é provável que a partir dessas propostas, a discussão sobre o ensino da sociologia, tomasse uma maior visibilidade entre os atores responsáveis pela política educacional brasileira, o que possibilitaria mais tarde, na segunda década do século XX, outras propostas de implantação da disciplina na educação brasileira.

² Augusto Comte (1798-1857) nasceu em Montpellier na França, estudou na Escola Politécnica de Paris, foi secretário de Saint-Simon, professor de matemática e escritor. Uma de suas principais obras é o “Curso de Filosofia Positiva”, em seis volumes, publicados a partir de 1830. (TAMBARA, 2005, p. 166). Conforme TAMBARA (1991, p. 97), “a concepção social de Comte apresenta um caráter historicista. A evolução da humanidade apresenta três estágios clássicos – teológico ou fictício, metafísico ou abstrato e positivo ou científico.” Há uma determinação histórica no sentido de atingir-se necessariamente um processo de civilização caracterizado pelo estado positivo.

³ Émile Durkheim (1858-1917) é considerado um dos “pais fundadores” da sociologia. Discípulo de Comte, Durkheim instaurou a disciplina de sociologia, em 1887, na Universidade de Bordéus/França.

4. CONCLUSÕES

Incluir uma disciplina nova, como é o caso da sociologia, na educação brasileira no século XIX não se constituía tarefa fácil, pois o cenário político, onde as decisões eram tomadas, não se enquadrava em muitas circunstâncias com a realidade social e educacional da época. Apesar de Ruy Barbosa e Benjamim Constant não terem tido sucesso nessa empreitada, podemos dizer que as propostas entraram para a história como pioneiras desse processo no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: **Iniciação a prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, Telma Cristine Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katál**. Florianópolis, v.10, n. esp. P. 37-45, 2007.

MACHADO, Celso de Souza. O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo. Vol. 13, n.º 1, p.115-142. 1987.

MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Curso de Pós-graduação em sociologia. Campinas-SP: IFCH-UNICAMP.

MORAES, Amaury César. Licenciatura em Ciências Sociais e Sociologia. **Tempo Social**. São Paulo, v. 15, n.1, p.5-20, maio 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, A.C. **Coleção Explorando o Ensino. Volume. 15**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Cap. 1, p. 15-44.

TAMBARA, Elomar. **Educação e Positivismo no Brasil** [166-178]. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol II: século XIX. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. **A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. 1991. Tese. (Doutorado em Educação)- Curso de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre: FAGED-UFRGS.